

POLÍTICA ECONÔMICA

Economista afirma que abertura mudou o País

ALBERTO TAMER

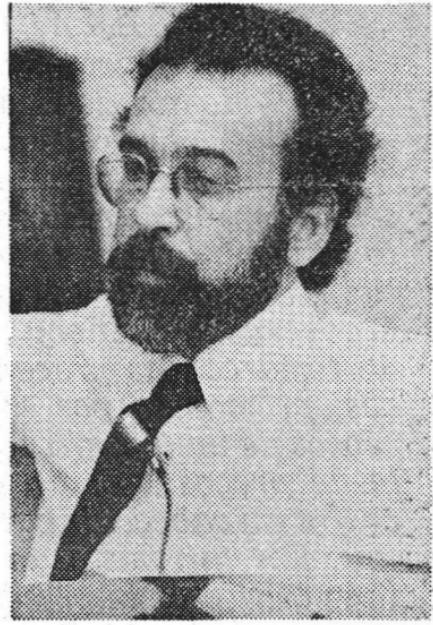
O professor de Economia Brasileira da Universidade de São Paulo, José Roberto Mendonça de Barros, reage imediatamente quando lhe perguntam como se classifica, entre os economistas, ao analisar a economia brasileira. "Sou, decididamente, um otimista", responde. "Quando analisamos o País a médio prazo vemos profundas modificações que justificam meu otimismo." A sociedade, diz Mendonça de Barros, comprou a idéia de um projeto econômico mais aberto com um Estado menor. O indicador mais fiel dessa mudança foi o encontro da semana passada entre o diretor-geral do FMI, Michel Camdessus, com o líder sindical Jair Meneghelli. Mendonça de Barros aponta vários efeitos da nova atitude da sociedade:

- O evidente esforço dos empresários na busca de maior competitividade.
- A aceitação de um maior relacionamento com o Exterior por meio da redução das tarifas de exportação.
- O apoio à idéia de privatização ampla.
- A percepção de que a Constituição de 1988 precisa ser profundamente revisada.
- A idéia de que é preciso mudar a estrutura eleitoral.
- E, finalmente, há a nítida percepção da necessidade de uma reforma fiscal ampla e profunda.

Esses fatores estão criando a base de uma economia voltada a médio prazo para o crescimento econômico. Há, porém, segundo Mendonça de Barros, um problema imediato: a inflação.

Sem pacotes — Aos pessimistas, porém, ele lembra que em 1989 o País tinha o mesmo problema mas não dispunha do modelo inovador que hoje existe. E isso significa um grande progresso. Para o professor da USP, o ministro Marcílio Marques Moreira adotou medidas necessárias, mas não suficientes, para fazer frente à inflação: resgatou a confiança dos empresários, transmitindo a certeza de que não haverá pacotes e está finalizando a questão externa, com evidentes resultados nas reservas cambiais.

AE

**Mendonça de Barros**

"Análise de médio prazo justifica o otimismo"

O que falta então? "O ajuste do setor público por meio da reforma fiscal", responde Mendonça de Barros. O governo, com o déficit estimado em 2,5% a 3% do PIB este ano, continua pressionando o mercado financeiro para colocar seus títulos, afirma o professor. Isso provoca pressão sobre os juros, afeta a própria dívida e tem um impacto direto nos preços e indireto na expectativa. "Não podemos esquecer que a indústria e o comércio trabalham com vendas a 30 dias e a taxa de juros vira custos. Em termos de expectativa, a sociedade associa o desequilíbrio das contas públicas com a estabilidade financeira."

Mendonça de Barros lembra que o ajuste fiscal vai além da reforma tributária. O ajuste abrange a estrutura de despesa do Estado, incluindo a privatização e a questão da Previdência. Ele não acredita na possibilidade de o ajuste fiscal ser aprovado este ano na amplitude e profundezas necessárias. O ajuste fiscal, observa, só se faz com a reforma da Constituição, difícil de se conseguir este ano. Por isso, acha provável um ajuste de emergência, com uma reforma parcial e pequenas modificações na estrutura da despesa.